

15. A empresa de transportes XXX é segurada pela Empresa de Seguros YYY. Em virtude de acidente de veículo ocasionado por um dos veículos da transportadora XXX, esta vem a ser demandada em ação indenizatória pela vítima do dano. Nesse caso, é correto afirmar que
- (A) a transportadora deverá oferecer chamamento ao processo à Empresa de Seguros YYY, sendo que, nesse caso, esta última não poderá ser condenada diretamente em face da vítima do dano, pois não há que se falar em qualquer relação jurídica direta entre a Seguradora e a vítima.
 - (B) a transportadora deverá, necessariamente, aguardar o desfecho da ação para depois pedir o reembolso à Empresa de Seguros YYY, pois a Seguradora não tem legitimidade para figurar na relação jurídica processual, eis que não participou do acidente.
 - (C) a transportadora deverá nomear a Empresa de Seguros YYY à autoria, pois esta última é a única legitimada, em virtude do contrato de seguro existente, a responder pelos danos causados à vítima.
 - (D) segundo a orientação do STJ, a transportadora poderá oferecer denúncia da lide em face da Empresa de Seguros YYY, sendo que, nesse caso, esta última poderá ser condenada diretamente em face da vítima do dano, pois figurará, juntamente com a transportadora, na qualidade de litisconsorte passiva em relação à vítima.
16. A respeito dos embargos de terceiro, é correto afirmar:
- (A) Os embargos de terceiro podem ser manejados por aquele que não faz parte do processo para retirar constrição indevida do bem em virtude de fraude à execução, mas não para se anular ato jurídico por fraude contra credores.
 - (B) É admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóvel, contanto que devidamente registrado.
 - (C) Em embargos de terceiro, pouco importa quem deu causa à constrição indevida para fins de suportar a condenação em honorários advocatícios.
 - (D) Não é dado ao cônjuge ajuizar embargos de terceiro para a defesa de sua meação, ainda que tenha sido intimado da penhora em imóvel pertencente ao casal.
17. Segundo orientação assente no STJ, sobre a ação rescisória, é correto afirmar:
- (A) Nas ações rescisórias ajuizadas pelo INSS, deve haver o recolhimento de depósito prévio.
 - (B) O prazo decadencial da ação rescisória pode ter início, ainda que a decisão rescindenda seja recorrível.
 - (C) Cabe ação rescisória contra decisão transitada em julgado, ainda que não tenham sido interpostos todos os recursos cabíveis.
 - (D) Não compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar ação rescisória ainda que, embora não tenha conhecido do recurso especial, tenha apreciado a questão federal controvertida.
18. Não há fraude em execução, segundo os tribunais, na seguinte hipótese:
- (A) alienação ou oneração de bens quando sobre eles pender ação fundada em direito real.
 - (B) alienação ou oneração de bens penhorados.
 - (C) alienação ou oneração de bens quando corria contra o devedor demanda capaz de levá-lo à insolvência, ao tempo da alienação ou oneração.
 - (D) alienação ou oneração de bens ou renda por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito regularmente inscrito como dívida ativa, ainda que tenham sido reservados, pelo devedor, bens suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.
19. Assinale a opção correta.
- (A) A execução fundada em título executivo extrajudicial é insuscetível de ser provisória, ao passo que a execução fundada em título executivo judicial pode ser provisória, quando se tratar de decisão impugnada mediante recurso ao qual não foi atribuído efeito suspensivo.
 - (B) A execução fundada em título executivo extrajudicial é definitiva, como regra; será provisória, contudo, quando houver pendência de recurso de apelação de sentença de improcedência dos embargos do executado, quando recebidos com efeito suspensivo.
 - (C) Uma vez transitada em julgado a decisão, seu cumprimento será definitivo, não havendo a possibilidade de suspensão da execução em hipótese alguma, em vista da autoridade da coisa julgada material.
 - (D) A execução fundada em título executivo judicial pode ser provisória, quando se tratar de decisão impugnada mediante recurso ao qual não foi atribuído efeito suspensivo; se o título for extrajudicial, a execução será provisória se houver pendência de apelação contra sentença que julgue procedentes os embargos recebidos com efeito suspensivo.
20. Considere as afirmações seguintes e assinale a opção correta.
- (A) A falta de ajuizamento da ação principal no prazo de 30 dias acarreta a perda da eficácia da liminar deferida e a extinção do processo cautelar.
 - (B) Cabe recurso contra decisão monocrática liminar de membro do tribunal local que nega efeito suspensivo em agravo de instrumento interposto contra decisão antecipatória de tutela.
 - (C) Cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar, segundo orientação do STF.
 - (D) É lícito ao magistrado revogar a antecipação de tutela a qualquer tempo, independentemente tanto de fatos novos constantes dos autos quanto de fundamentação específica.

- 21.** Com relação ao direito do consumidor, assinale a opção correta.
- (A) A *disregard doctrine* não tem aplicação no Código de Defesa do Consumidor.
 - (B) A teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, adotada excepcionalmente no direito do consumidor, aplica-se com a mera prova de insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações.
 - (C) Demonstrando os sócios e/ou administradores da pessoa jurídica uma administração isenta de culpa ou dolo, ficam isentos de qualquer responsabilidade por eventual dano causado ao consumidor por ela.
 - (D) A teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, adotada como regra geral pelo Código de Defesa do Consumidor, exige, além da demonstração de estar a pessoa jurídica insolvente para cumprir suas obrigações, também prova do desvio de finalidade, ou a demonstração de confusão patrimonial.
- 22.** A notificação do consumidor, nos termos do parágrafo 2.º do artigo 43 do Código de Defesa do Consumidor, antes de uma futura inscrição de seu nome no Cadastro de Proteção ao Crédito, cabe
- (A) ao credor e ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito.
 - (B) ao credor, exigindo-se o aviso de recebimento na carta de comunicação ao consumidor.
 - (C) ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito.
 - (D) somente ao credor.
- 23.** Com relação à denunciação da lide perante o Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção correta.
- (A) A vedação à apresentação de denunciação da lide em uma demanda envolvendo relação de consumo existe exclusivamente para as hipóteses em que o comerciante foi demandado em lugar do fabricante do produto. Jamais em ações em que se discute prestação de serviços, sendo permitida, nesse caso, a denunciação da lide.
 - (B) É possível a denunciação da lide tanto nas hipóteses em que o comerciante foi demandado em lugar do fabricante do produto, como também nas ações em que se discute prestação de serviços.
 - (C) A denunciação da lide em ação envolvendo relação de consumo é vedada pelo Código de Defesa do Consumidor em qualquer situação.
 - (D) Sempre que não houver identificação do responsável pelos defeitos nos produtos adquiridos, ou que sua identificação for difícil, autoriza-se que o consumidor simplesmente litigue contra o comerciante, que perante ele fica diretamente responsável, podendo este denunciar a lide ao verdadeiro causador do dano, na forma do parágrafo único do artigo 13 do Código de Defesa do Consumidor.

24. Com relação ao Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- (A) Não é possível ao magistrado aplicar as regras legais *ex officio*, ficando sempre na dependência de pedido expresso da parte.
- (B) Nas relações de consumo, não havendo lacuna no código consumerista, aplica-se somente seu regramento, podendo, entretanto, as partes optarem por outro sistema legal.
- (C) Mesmo se tratando de um sistema próprio, é possível aplicar normas de outro sistema legal nas relações de consumo, ainda que não haja lacuna no sistema consumerista.
- (D) A Lei n.º 8.078/90 é norma de ordem pública e de interesse social, geral e principiológica e, com base no parágrafo 1.º do artigo 2.º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, sempre revoga as anteriores incompatíveis, quer estas sejam gerais ou especiais.

25. Com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção correta.

- (A) As instituições financeiras respondem somente se agirem com culpa pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.
- (B) O consorciado inadimplente que desiste de participar do grupo de consórcio não tem direito à restituição do que pagou, justamente por não ter cumprido sua parte no contrato.
- (C) É válida, em atenção ao princípio da autonomia da vontade, cláusula que estabelece a perda das benfeitorias, sem direito a indenização, em caso de rescisão do contrato, em virtude de mora no pagamento do preço.
- (D) Em contratos submetidos ao Código de Defesa do Consumidor, é abusiva a cláusula contratual que determina a restituição dos valores devidos somente ao término da obra ou de forma parcelada, na hipótese de resolução do contrato de promessa de compra e venda de bem imóvel, por culpa de quaisquer contratantes.

26. Assinale a opção **verdadeira**:

- (A) Em caso de aplicação de medida socioeducativa, a desinternação será compulsória aos dezoito anos de idade.
- (B) Para fixar a condição de criança e de adolescente, o critério adotado pelo ECA foi o cronológico relativo ou biopsicológico, de modo que para tal, impõe-se a análise da condição psicológica ou biológica do indivíduo.
- (C) A proteção integral da criança ou adolescente é devida em função de sua faixa etária porque o critério adotado pelo legislador foi o cronológico absoluto.
- (D) A emancipação civil afasta a incidência do Estatuto da Criança e do Adolescente.

27. Assinale a opção **verdadeira**:

- (A) São atribuições do Conselho Tutelar aplicar, dentre outras, as medidas protetivas de inclusão em programa de acolhimento familiar e colocação em família substituta, e suas decisões somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- (B) O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas protetivas provisórias e excepcionais, usadas como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta.
- (C) Quando os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado ou por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, a criança ou o adolescente deve receber a medida socioeducativa adequada, dentre as previstas no art. 112.
- (D) A criança e o adolescente estão, ambos, sujeitos ao regime das medidas socioeducativas e ao sistema das medidas de proteção.

28. Assinale a opção **verdadeira**:

- (A) A criança e o adolescente deverão ficar sob os cuidados de sua família natural. Se isso não for possível, serão encaminhados a um dos integrantes de sua família extensa e, na inviabilidade destas situações, serão encaminhados para família substituta.
- (B) A colocação em família substituta far-se-á, exclusivamente, mediante adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos do ECA.
- (C) Na colocação em família substituta, sempre que possível, a criança e o adolescente serão previamente ouvidos e as suas opiniões devidamente consideradas, sendo necessários seus consentimentos, colhidos em audiência.
- (D) Entende-se por família natural, segundo o ECA, aquela composta da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

29. Assinale a opção **verdadeira**:

- (A) A falta ou a carência de recursos materiais pode constituir motivo exclusivo para a perda ou a suspensão do poder familiar, que serão decretadas judicialmente em procedimento contraditório.
- (B) A condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar em qualquer hipótese.
- (C) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida admissível apenas na modalidade adoção.
- (D) No ECA, a tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 18 (dezoito) anos incompletos, e seu deferimento independe de prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar, mas implica no dever de guarda.

30. Assinale a opção **verdadeira**:

- (A) Na adoção, o consentimento dos pais terá valor mesmo antes do nascimento da criança.
- (B) O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.
- (C) Podem adotar os maiores de 21 anos, independentemente do estado civil, e o adotante há de ser, pelo menos, dezoito anos mais velho do que o adotando.
- (D) Se o adotante falecer no curso do processo de adoção antes da prolação da sentença, ainda que tenha manifestado inequívoca vontade de adotar, o feito será extinto, pois a adoção é ato personalíssimo.

31. Analise as seguintes situações:

- I. Quando, por erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela, levando-se em consideração as qualidades da vítima que almejava. No caso de ser também atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do concurso formal.
- II. Há representação equivocada da realidade, pois o agente acredita tratar-se a vítima de outra pessoa. Trata-se de vício de elemento psicológico da ação. Não isenta de pena e se consideram as condições ou qualidades da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.
- III. Trata-se de desvio do crime, ou seja, do objeto jurídico do delito. O agente, objetivando um determinado resultado, termina atingindo resultado diverso do pretendido. O agente responde pelo resultado diverso do pretendido somente por culpa, se for previsto como delito culposo. Quando o agente alcançar o resultado almejado e também resultado diverso do pretendido, responderá pela regra do concurso formal.

Tais ocorrências configuram, respectivamente:

- (A) *error in persona; aberratio ictus; aberratio criminis.*
- (B) *aberratio ictus; aberratio criminis; error in persona.*
- (C) *aberratio ictus; error in persona; aberratio criminis.*
- (D) *aberratio criminis; error in persona; aberratio ictus.*

32. Analise estes conceitos atinentes à prescrição penal:

- I. É a perda do direito de punir do Estado, considerada a pena concreta com trânsito em julgado para a acusação, levando-se em conta prazo anterior à sentença.
- II. É a perda do direito de punir do Estado, levando-se em conta a pena concreta, com trânsito em julgado para a acusação, ou improvido seu recurso, cujo lapso temporal inicia-se na data da sentença e segue até o trânsito em julgado para a defesa.
- III. É a perda do direito de aplicar efetivamente a pena concreta e definitiva, com o lapso temporal entre o trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação e o início do cumprimento da pena ou a ocorrência de reincidência.

Agora, escolha a opção que indique, respectivamente, as modalidades de prescrição acima descritas:

- (A) retroativa; intercorrente ou superveniente; da pretensão executória.
- (B) intercorrente ou superveniente; retroativa; da pretensão executória.
- (C) da pretensão executória; intercorrente ou superveniente; retroativa.
- (D) retroativa; da pretensão executória; intercorrente ou superveniente.

33. No tocante à relação de causalidade no crime (art. 13, Código Penal), analise as seguintes assertivas e escolha a opção que contenha afirmação **falsa**:

- (A) A superveniência de causa relativamente independente, que, por si só, produz o resultado, exclui a imputação original, mas os fatos anteriores são imputados a quem os praticou.
- (B) A relação de causalidade relevante para o Direito Penal é a que é previsível ao agente. A cadeia causal, aparentemente infinita sob a ótica naturalística, é limitada pelo dolo ou pela culpa do agente.
- (C) As concausas absolutamente independentes excluem a causalidade da conduta.
- (D) A relação de causalidade tem relevância nos crimes materiais ou de resultado e nos formais ou de mera conduta.

34. Para o Código Penal (art. 20, § 1.º), quando a descriminante putativa disser respeito aos pressupostos fáticos da excludente, estamos diante de:

- (A) Excludente de antijuridicidade.
- (B) Erro de tipo.
- (C) Erro de proibição.
- (D) Excludente de culpabilidade.

35. Analise estas duas hipóteses isoladas: 1.º) o agente matou o indivíduo que estuprou sua filha menor e 2.º) o agente, que é traficante de drogas, matou seu concorrente para dominar o comércio de drogas no bairro. Relativamente ao crime de homicídio, escolha a opção que indique, respectivamente, o que, em tese, cada uma destas situações poderia significar num eventual Júri:

- (A) atenuante genérica; agravante genérica.
- (B) atenuante genérica; causa de aumento de pena.
- (C) causa de diminuição de pena; qualificadora.
- (D) causa de diminuição de pena; agravante genérica.

36. Acerca de crime contra a ordem tributária, previsto no art. 1.º, incisos I a IV, da Lei n.º 8.137/90 (*constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas: ...*), assinale a opção que contenha afirmação **falsa**:
- (A) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto nestas hipóteses, antes do lançamento definitivo do tributo.
 - (B) Não há justa causa para a ação penal antes de esgotada a via administrativa, ou seja, antes do lançamento definitivo do tributo.
 - (C) Por inexistir subordinação entre as instâncias penal e administrativa, no que tange ao delito em tela não há que se falar na exigência do esgotamento da via administrativo-fiscal para caracterização do tipo e configuração da justa causa para a ação penal.
 - (D) Se está pendente recurso administrativo que discute o débito tributário perante as autoridades fazendárias, não há falar-se em início do lapso prescricional, que somente se iniciará com a consumação deste delito, nos termos do art. 111, inc. I, do Código Penal.
37. Assinale a opção **verdadeira**. No Direito brasileiro posto, é elemento do tipo penal da Associação Criminosa:
- (A) Voltar-se à prática de delitos cuja pena máxima supera cinco anos.
 - (B) Possuir ao menos três pessoas.
 - (C) Estruturação hierarquizada, com divisão de tarefas entre os seus membros.
 - (D) Possuir ao menos quatro pessoas.
38. Assinale a opção que contenha assertiva **verdadeira** no tocante às Medidas de Segurança:
- (A) A prescrição de medida de segurança deve ser calculada pelo máximo da pena cominada ao delito atribuído ao agente, interrompendo-se-lhe o prazo com o início do seu cumprimento.
 - (B) Perigoso o agente, ainda que extinta sua punibilidade, é possível a aplicação de medida de segurança, subsistindo a que tenha sido imposta.
 - (C) A medida de segurança deve perdurar enquanto não cessada a periculosidade do agente, não sendo cabível, na espécie, a limitação do período máximo de trinta anos, prevista no art. 75 do Código Penal.
 - (D) A regra da detração da prisão provisória em relação à medida de segurança se justifica para o fim de ser levantada a medida e não para desconto do tempo para a realização do exame de averiguação de periculosidade ao termo do prazo mínimo.
39. Assinale a opção **falsa**. O C. Supremo Tribunal Federal, recentemente, assentou, por meio de Súmula, o seguinte entendimento:
- (A) A lei penal mais grave só se aplica ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior ao início da continuidade ou da permanência.
 - (B) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.
 - (C) Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.
 - (D) O art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro, que reclama decorra do fato perigo de dano, derogou o art. 32 da Lei das Contravenções Penais no tocante à direção sem habilitação em vias terrestres.
40. Assinale a opção **falsa**. O C. Superior Tribunal de Justiça, recentemente, assentou, por meio de Súmula, o seguinte entendimento:
- (A) A aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4.º, da lei n.º 11.343/2006 não afasta a hediondez do crime de tráfico de drogas.
 - (B) A falta grave interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.
 - (C) É inadmissível a fixação de pena substitutiva (art. 44 do Código Penal) como condição especial ao regime aberto.
 - (D) A configuração do crime do art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal.

41. Dispõe o art. 5.º, inc. LVI, da Constituição Federal que “*são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos*”. Trata-se do “*Princípio da vedação das provas ilícitas*”, também invocado no art. 157 do Código de Processo Penal. Sobre este tema, assinale a opção que contenha assertiva **falsa**:

- (A) A reforma processual penal promovida pela Lei n.º 11.690/2008 distanciou-se da doutrina e jurisprudência pátrias que distinguem as provas ilícitas das ilegítimas, concebendo como provas ilícitas tanto aquelas que violem disposições materiais como processuais.
- (B) São admissíveis as provas derivadas das ilícitas quando puderem ser obtidas por meio que por si só – seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal – seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.
- (C) É praticamente unânime na doutrina e na jurisprudência pátrias o entendimento que não admite a utilização no processo penal da prova favorável ao acusado se colhida com infringência a direitos fundamentais seus ou de terceiros.
- (D) São admissíveis as provas derivadas das ilícitas quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras.

42. Assinale a opção que contenha assertiva **falsa** acerca da Lei n.º 11.343/2006 (Lei Antidrogas):

- (A) Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea.
- (B) A entrega vigiada prevista na Lei n.º 11.343/2006 não se confunde com a “ação controlada” prevista na Lei n.º 12.850/2013, eis que não depende do envolvimento de organização criminosa.
- (C) A lei prevê que, em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes nela previstos, são permitidas, como procedimentos investigatórios, a infiltração policial e a entrega vigiada.
- (D) O diploma prevê a delação premiada ao estabelecer que o indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, poderá receber perdão judicial.

43. Assinale a opção que contenha assertiva **falsa** acerca da violência doméstica e familiar contra a mulher e da Lei n.º 11.340/2006:

- (A) Considerando-se a impossibilidade de qualquer solução conciliatória, se no final advém sentença condenatória contra o agressor, cabe ao juiz examinar a possibilidade de aplicar a suspensão condicional da pena, ou mesmo o regime aberto.
- (B) No caso de lesão corporal dolosa praticada contra mulher, que tem ou teve com o agente um dos vínculos ou relações referidos no § 9.º do art. 129 do Código Penal, não se aplicam quaisquer dos institutos da Lei n.º 9.099/95 (composição civil, transação e suspensão condicional do processo), nem seu procedimento especial, vedada a aplicação de penas de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- (C) Se o crime envolver violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, não é possível a decretação da prisão preventiva apenas para garantir a execução de medidas protetivas de urgência.
- (D) A ação penal em crime de lesão corporal contra mulher no ambiente doméstico, pouco importando a extensão, é pública incondicionada.

44. Analise estas quatro assertivas atinentes a certas formas de clemência do Estado:

- I. A Primeira é concedida pelo Congresso Nacional, por lei, voltada ao esquecimento de certos fatos, fazendo desaparecer suas consequências penais, consistindo em medida de política criminal.
- II. A Segunda é concedida de ofício pelo Presidente da República, por decreto, voltada a condenados, dirigindo-se a determinada categoria de sentenciados. Configura expectativa de direito, eis que sua aplicação depende de decisão do Juízo das Execuções, que verifica o preenchimento dos requisitos exigidos para identificar quais daqueles condenados são alcançados pelo benefício presidencial, que, destarte, terão extintas suas penas.
- III. A Terceira se dirige a um determinado condenado, condicionada à prévia solicitação, concedida em razão de alguma especial situação ou mérito que apresente ou, simplesmente, pela vontade discricionária do Presidente da República, podendo ter caráter humanitário.
- IV. A Quarta é modalidade concedida de ofício pelo Presidente da República, por decreto, voltada a condenados e dirigida a um número indeterminado de reeducandos, desde que preencham os requisitos do decreto concessivo, podendo ajustar a execução, diminuindo ou substituindo a pena, devendo ser retificada a conta de liquidação para ajustá-la à nova realidade no tocante ao quantum, nos termos do decreto que a concedeu.

A partir da análise destes quatro conceitos, conclui-se que estamos tratando, respectivamente, de:

- (A) Graça, Comutação, Anistia, Indulto coletivo pleno.
- (B) Anistia, Indulto coletivo pleno, Graça, Comutação.
- (C) Anistia, Comutação, Graça, Indulto coletivo pleno.
- (D) Graça, Indulto coletivo pleno, Anistia, Comutação.

45. Existindo fundadas suspeitas de prática criminosa por delegado de polícia ou seus subordinados na condução de investigação oficial a seus encargos, o Juiz Corregedor – necessitando fiscalizar a atividade policial investigatória – instaura sindicância para apurar o fato. Assim agindo, o magistrado estará exercendo:
- A corregedoria da atividade da polícia judiciária.
 - O seu poder hierárquico-administrativo sobre os sindicados.
 - O controle externo da polícia previsto na Constituição Federal.
 - A corregedoria da Polícia Civil.
46. Quando houver dúvida sobre a integridade mental do indiciado ou acusado, o juiz ordenará seja ele submetido a exame médico-legal. Sobre este tema, assinale a opção que contenha assertiva **falsa**:
- Concluindo a perícia que o réu era inimputável à época do cometimento do injusto penal, o processo prossegue com a assistência do curador, normalmente, o próprio advogado.
 - Quando, no curso da execução da pena privativa de liberdade, sobrevier doença mental ou perturbação da saúde mental, o Juiz poderá determinar a substituição da pena por medida de segurança.
 - Se a perícia concluir que o acusado, à época do fato, era imputável, mas, na época de realização do exame durante o processo, padece de doença mental, o feito será paralisado, aguardando-se que o réu obtenha melhora para que possa se defender com eficácia.
 - Durante o inquérito policial, apurada a inimputabilidade do indiciado, o Ministério Público não poderá oferecer denúncia contendo pedido de absolvição e imposição de medida de segurança.
47. Analise a opção que contenha assertiva **falsa** no tocante à Prisão Temporária prevista na Lei n.º 9.760/89:
- Os incisos do art. 1.º da Lei n.º 9.760/89 devem ser interpretados em conjunto. Só pode haver prisão temporária de alguém suspeito de ser autor ou partícipe de algum daqueles crimes do rol taxativo, e quando for imprescindível para a investigação. O *fumus commissi delicti* está previsto no art. 1.º, inciso III, exigindo que existam “*fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes...*”. O *periculum libertatis* atende à imprescindibilidade da prisão para as investigações no inquérito.
 - Possui caráter cautelar voltado à investigação policial. Se já houver processo ou tiver sido oferecida a denúncia, não pode ser decretada ou subsistir a prisão temporária.
 - É prisão cautelar cujos prazos máximos de duração estão previstos na lei. Findos tais prazos, o imputado deve ser imediatamente posto em liberdade, sob pena de configurar-se o delito de abuso de autoridade (art. 4.º, I, da Lei n.º 4.898/65).
 - Será decretada de ofício pelo juiz ou mediante requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial.
48. Assinale a opção que contenha assertiva **verdadeira** a respeito da “Colaboração Premiada” (ou “delação premiada”) prevista na Lei n.º 12.850/2013:
- A colaboração posterior à sentença não aproveita ao agente colaborador em quaisquer circunstâncias.
 - Caso alcançados os resultados previstos na lei, o Ministério Público poderá deixar de oferecer denúncia se o colaborador não for o líder da organização criminosa e for o primeiro a prestar efetiva e válida colaboração.
 - A sentença condenatória poderá ser proferida com fundamento exclusivo nas declarações de agente colaborador.
 - O juiz participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração.
49. Assinale a opção que contenha assertiva **verdadeira** no tocante às medidas cautelares diversas da prisão:
- Em virtude de seu caráter cautelar, as medidas ora tratadas se aplicam às infrações a que não forem – isolada, cumulativa ou alternativamente – cominadas pena privativa de liberdade.
 - Se ausentes os requisitos da prisão preventiva, o juiz deve conceder a liberdade provisória, com ou sem fiança dependendo do caso, podendo cumular a liberdade provisória com qualquer das medidas cautelares diversas da prisão, desde que não tenha concedido a fiança.
 - No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas nas medidas cautelares, o juiz, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, vedada a prisão preventiva.
 - O juiz só deve converter a prisão em flagrante em preventiva se verificar presentes seus requisitos e desde que tenha entendido não serem suficientes as medidas cautelares diversas da prisão.
50. Relativamente à progressão nos regimes de pena na atualidade, assinale a opção que contenha assertiva **verdadeira**:
- É admissível a chamada progressão *per saltum* de regime prisional.
 - É requisito objetivo da progressão: o cumprimento de pelo menos 1/6 da pena no regime anterior (em se tratando de crimes comuns) ou de pelo menos 1/3 da pena, se o apenado for primário, ou de 2/3, se reincidente (em se tratando de crimes hediondos ou assemelhados).
 - A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinado pelo art. 75 do Código Penal, não é considerada para a concessão de regime mais favorável de execução.
 - O reeducando deve ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, vedada a determinação da realização do exame criminológico em quaisquer circunstâncias.

51. Assinale a opção correta a respeito da repercussão geral das questões constitucionais discutidas em recurso extraordinário.

- (A) A repercussão geral deve ser demonstrada pelo recorrente, mas não necessariamente em preliminar de recurso extraordinário, e o STF só pode inadmitir o recurso pela manifestação de três quintos de seus membros.
- (B) A repercussão geral deve ser demonstrada pelo recorrente, mas não necessariamente em preliminar de recurso extraordinário, e o STF só pode inadmitir o recurso pela manifestação de dois terços de seus membros.
- (C) A repercussão geral deve ser demonstrada pelo recorrente em preliminar de recurso extraordinário, e o STF só pode inadmitir o recurso pela manifestação de dois terços de seus membros.
- (D) A repercussão geral deve ser demonstrada pelo recorrente em preliminar de recurso extraordinário, e o STF só pode inadmitir o recurso pela manifestação de três quintos de seus membros.

52. A respeito das súmulas vinculantes, é correta a seguinte afirmação:

- (A) Uma vez editada a súmula vinculante, a sua revisão pode ser requerida por qualquer interessado.
- (B) A súmula vinculante deve ser aprovada por dois terços dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, mas seu efeito vinculante, que se opera em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública, só se fará presente a partir de sua publicação na imprensa oficial.
- (C) Julgada procedente a reclamação proposta contra decisão judicial que contrariar súmula vinculante, o Supremo Tribunal Federal deverá reformar a decisão judicial reclamada, aplicando o direito à espécie.
- (D) Cabe reclamação contra decisão judicial que contrariar a súmula vinculante, mas não cabe se a decisão judicial aplicá-la indevidamente.

53. Assinale, dentre as opções seguintes, aquela que contém modelo de decisão impugnável por recurso extraordinário, segundo a Constituição Federal.

- (A) Decisão colegiada do Tribunal de Justiça que julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- (B) Decisão colegiada do Superior Tribunal de Justiça que julgar improcedente mandado de segurança de sua competência originária.
- (C) Decisão colegiada do Tribunal de Justiça que contrariar Tratado, ainda que este não verse sobre direitos humanos e não tenha sido aprovado, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (D) Decisão colegiada do Superior Tribunal de Justiça que inadmitir mandado de segurança de sua competência originária.

54. Assinale a opção correta.

- (A) Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria simples do Congresso Nacional, nas duas Casas.
- (B) Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
- (C) Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria simples da Câmara dos Deputados.
- (D) Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

55. De acordo com o regime constitucional brasileiro, assinale a opção correta.
- (A) É vedado aos juízes receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, com exceção dos casos previstos em lei.
 - (B) É vedado aos juízes exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
 - (C) É vedado aos juízes exercer outro cargo ou função, com exceção do magistério, salvo se estiverem em disponibilidade.
 - (D) É vedado aos juízes dedicar-se à atividade político-partidária, salvo se for em Estado ou Região distinta daquela onde exerce a magistratura.
56. Assinale a opção correta a respeito do controle difuso de constitucionalidade brasileiro, segundo a orientação do Supremo Tribunal Federal.
- (A) O controle difuso de constitucionalidade pode ser exercido independentemente de pedido ou requerimento da parte.
 - (B) Ainda que haja prévia declaração de inconstitucionalidade de lei pelo Pleno do STF, os tribunais locais devem obedecer a cláusula de reserva de plenário no exercício de controle difuso de constitucionalidade daquela mesma lei.
 - (C) Para que se possa falar em violação à cláusula de reserva de plenário, é necessária declaração expressa de inconstitucionalidade da lei pelo órgão fracionário do tribunal.
 - (D) É vedado ao Superior Tribunal de Justiça o exercício do controle difuso de constitucionalidade, na medida em que tal tribunal tem a função de garantir a inteireza da legislação federal infraconstitucional.
57. A respeito do controle de constitucionalidade no direito brasileiro, pode-se afirmar que a arguição de descumprimento de preceito fundamental
- (A) é admissível ainda que haja qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.
 - (B) não se presta ao questionamento de atos normativos anteriores à Constituição Federal.
 - (C) incidental prescinde do requisito da relevância da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo questionado.
 - (D) pode servir para contrastar atos normativos, atos administrativos e atos jurisdicionais.
58. Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre
- (A) Direito Aeronáutico.
 - (B) Direito Financeiro.
 - (C) Direito Agrário.
 - (D) Direito Marítimo.
59. Dentre os princípios elencados a seguir, **não** está previsto expressamente na Constituição Federal de 1988 o princípio
- (A) do amplo e irrestrito acesso ao Poder Judiciário em caso de lesão ou ameaça a direito.
 - (B) da publicidade das decisões judiciais.
 - (C) do duplo grau de jurisdição.
 - (D) da motivação das decisões judiciais.
60. De acordo com a Constituição, assinale a opção correta a respeito da Medida Provisória.
- (A) Pode veicular matéria relativa à Organização do Poder Judiciário.
 - (B) Pode veicular matéria relativa à Carreira dos membros do Poder Judiciário.
 - (C) Pode veicular matéria relativa a Partidos Políticos.
 - (D) A vigência da medida provisória pode ser prorrogada por uma única vez, pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

DIREITO ELEITORAL

61. Assinale a opção correta, a respeito da inelegibilidade.
- (A) A dissolução do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade do cônjuge, que não seja titular de mandato eletivo do Presidente da República, de Governador de Estado ou de Prefeito, no território de jurisdição do titular do mandato, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
 - (B) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou de Prefeito, mesmo que seja titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
 - (C) A dissolução do vínculo conjugal, no curso do mandato, afasta a inelegibilidade do cônjuge, que não seja titular de mandato eletivo do Presidente da República, de Governador de Estado ou de Prefeito, no território de jurisdição do titular do mandato.
 - (D) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, de quem haja substituído, dentro de seis meses anteriores ao pleito, o Presidente da República, o Governador de Estado ou o Prefeito, mesmo que seja titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

62. Sobre a legislação eleitoral, assinale a opção correta.

- (A) A lei ou Resolução do TSE que alterar ou regulamentar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- (B) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra no exercício seguinte à sua publicação.
- (C) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- (D) A lei ou Resolução do TSE que alterar ou regulamentar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra no exercício seguinte à sua publicação.

63. Assinale a opção correta relativamente à substituição de candidatura.

- (A) A substituição de candidatura é vedada na hipótese em que o candidato tiver o seu registro indeferido.
- (B) A substituição de candidatura é vedada na hipótese em que o candidato a ela renunciar.
- (C) Nas eleições majoritárias, se o candidato for de coligação, a substituição de candidatura só se fará por outro candidato do mesmo Partido Político.
- (D) Tanto nas eleições majoritárias como nas proporcionais, a substituição só se efetivará se o novo pedido for apresentado até 20 (vinte) dias antes do pleito, exceto em caso de falecimento de candidato, quando a substituição poderá ser efetivada após esse prazo.

64. Sobre o material utilizado pelos candidatos na propaganda eleitoral, é correto afirmar:

- (A) A utilização de “outdoors” é permitida nas campanhas eleitorais.
- (B) É permitida na campanha eleitoral a distribuição de material gráfico do candidato ao eleitor, desde que não proporcione a este qualquer vantagem.
- (C) É permitida na campanha eleitoral a distribuição de chaveiros, bonés e camisetas ao eleitor como forma de propaganda eleitoral.
- (D) É vedada, mesmo em dias antes do dia das eleições, a utilização, na campanha eleitoral, de carro de som que transite pela cidade divulgando “jingles” ou mensagens dos candidatos.

65. Sobre o recurso especial em matéria eleitoral, assinale a opção correta.

- (A) Tem cabimento, dentre outras hipóteses, nos casos em que ocorrer divergência entre os órgãos fracionários do TRE na interpretação de lei.
- (B) O prazo para sua interposição é de 15 (quinze) dias.
- (C) Tem cabimento, dentre outras hipóteses, contra decisão dos Tribunais Regionais Eleitorais que forem proferidas contra disposição expressa da Constituição Federal ou de lei.
- (D) Trata-se de recurso de fundamentação livre, que dispensa o prequestionamento.

DIREITO EMPRESARIAL

66. Tratando-se de sociedade empresarial, é correto afirmar que

- (A) as sociedades em nome coletivo e em comandita simples são de capital.
- (B) as sociedades de pessoas são aquelas em que a contribuição material é o que mais importa com relação aos sócios.
- (C) a natureza da sociedade importa diferenças no tocante à alienação da participação societária (quotas ou ações), à sua penhorabilidade por dívida particular do sócio e à questão da sucessão por morte.
- (D) as sociedades de capital são aquelas em que a realização do objeto social depende mais dos atributos individuais dos sócios.

67. Assinale a opção **incorreta**.

- (A) Tanto a sociedade irregular quanto a de fato compõem categorias de sociedade comum.
- (B) Na sociedade em comum, os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, e também os terceiros deverão assim provar.
- (C) Sociedade irregular é aquela cujo contrato social não está inscrito no registro próprio, ou, estando inscrito, o está de forma irregular.
- (D) Sociedade de fato é aquela que nem mesmo possui contrato social escrito.

68. Tendo em vista a Sociedade Limitada, assinale a opção **incorreta**.

- (A) A sociedade limitada adquire uma personalidade jurídica distinta do patrimônio dos sócios que a compõem. Isto gera, de maneira absoluta, a irresponsabilidade dos sócios pelos débitos da sociedade limitada.
- (B) A sociedade limitada terá um capital fixo e determinado, formado por qualquer espécie de bens, suscetíveis de avaliação pecuniária e execução forçada, adequados à consecução do objeto social.
- (C) Subscrição e integralização são momentos distintos. Subscrição é a divisão do capital entre os sócios. Integralização é o efetivo pagamento do valor subscrito.
- (D) A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

69. Assinale a opção correta.

- (A) É lícito dispor no contrato social, mediante acordo dos sócios, cláusula que exclua um dos sócios de participar das perdas da sociedade.
- (B) A Sociedade Limitada deve ser constituída por dois ou mais sócios, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a redução a apenas um.
- (C) A pessoa física, declarada insolvente, está impedida de participar de sociedade limitada.
- (D) Será de pleno direito excluído da sociedade limitada o sócio declarado falido.

70. A incapacidade superveniente do empresário

- (A) não impede a continuidade do exercício da empresa pelo agora incapaz, mediante autorização judicial com a nomeação de um representante.
- (B) exime de responsabilidades o representante ou o assistente do empresário incapaz, se estes nomearem um gerente para substituí-lo quando não puder exercer a atividade empresarial.
- (C) acarreta a extinção imediata da sociedade empresarial.
- (D) não impede a continuidade do exercício da empresa podendo ele exercer a administração da sociedade.

71. Com relação à Lei n.º 11.101, de 09.02.2005 (Lei de Falências e Recuperação de Empresas), assinale a opção **incorreta**.

- (A) Só é cabível o pedido de falência se o valor da dívida em atraso for superior ao mínimo estabelecido em lei (40 salários mínimos).
- (B) A simples apresentação de plano de recuperação, no prazo da contestação, impede a decretação da falência com base na impontualidade injustificada.
- (C) O próprio falido ou o administrador judicial deve apresentar a lista de seus credores.
- (D) O crédito fiscal tem preferência sobre os titulares de garantia real.

72. Tendo em vista a Lei n.º 11.101/2005, assinale a opção **incorreta**.

- (A) Depois de homologado ou aprovado o plano de recuperação pelo juiz, sendo este cumprido pelo beneficiado, não têm mais os credores competência para, em Assembleia, votar a convocação em falência.
- (B) A lei estabelece que o requerente do benefício deve submeter ao juiz o plano de recuperação no prazo de 60 dias, contados do despacho que determina o processamento da ação, sendo vedada sua prorrogação, seja qual for a justificativa que o devedor apresente.
- (C) O juiz decretará a falência durante o processo de recuperação judicial se não tiverem sido apresentadas, no prazo legal (art. 185 do CPC), as certidões tributárias negativas (LF, art. 57; CTN, art. 191-A), em se verificando omissão do devedor.
- (D) No direito brasileiro, abstraída a hipótese de desistência, quem requer o benefício da recuperação judicial, ou o obtém e cumpre ou terá sua falência decretada.

73. Assinale a opção **incorreta**.

- (A) O transportador não pode ser responsabilizado pelos danos decorrentes de fatos de terceiros que possam ser caracterizados como fortuito externo.
- (B) O transportador só responde pelos danos resultantes de fatos conexos com o serviço que presta.
- (C) O reconhecimento do direito a indenização, por falta de mercadoria transportada por via marítima, independe de vistoria.
- (D) Na atividade empresarial de transporte aéreo, a ocorrência de problemas técnicos é considerada hipótese de caso fortuito ou força maior a afastar a responsabilidade da empresa de aviação.

74. Tendo em vista as relações contratuais do falido, assinale a opção **incorreta**.

- (A) Se o devedor vendeu coisas compostas e o administrador judicial resolver não continuar a execução do contrato, poderá o comprador pôr à disposição da massa falida as coisas já recebidas, pedindo perdas e danos.
- (B) No compromisso de compra e venda de bens imóveis loteados ou de lotes, com a falência do vendedor, o compromisso será cumprido; com a do adquirente, os seus direitos de promitente serão arrecadados e liquidados.
- (C) Nos patrimônios de afetação, constituídos para cumprimento de destinação específica, o administrador judicial arrecadará o próprio bem mesmo antes do término do prazo da desafetação ou do cumprimento de sua finalidade.
- (D) A falência do locador não resolve o contrato de locação e, na falência do locatário, o administrador judicial pode, a qualquer tempo, denunciar o contrato.

75. Com relação ao Direito Empresarial, assinale a opção correta.

- (A) O depósito elisivo afasta a obrigação do exame do pedido de falência para definir quem o levanta.
- (B) Crédito constituído após o pedido de recuperação judicial legitima requerimento de falência contra a recuperanda.
- (C) A possibilidade de execução singular do título executivo não impede a opção do credor pelo pedido de falência.
- (D) O protesto comum dispensa o especial para o requerimento de falência.

DIREITO TRIBUTÁRIO

76. São causas de *exclusão* do crédito tributário:

- (A) Apenas a isenção e a anistia, desde que se deem após o nascimento da obrigação tributária e antes do lançamento.
- (B) A imunidade, a isenção, a anistia e a não incidência, sob qualquer aspecto e a qualquer tempo, desde que ainda não efetuado o lançamento do débito fiscal.
- (C) Apenas a isenção e a anistia, desde que se deem antes do nascimento da obrigação tributária, com a ocorrência do fato gerador.
- (D) Apenas a anistia, referentemente a impostos e taxas, cujos fatos geradores tenham ocorrido antes da vigência da lei instituidora.

77. A *compensação* do crédito tributário

- (A) é causa de extinção do crédito tributário, configurando forma de transação entre o sujeito ativo e o sujeito passivo da obrigação tributária, sendo demandada a homologação da referida transação pela autoridade fiscal competente.
- (B) é sempre admissível, desde que verificadas as condições previstas no *caput* e no § 2.º do art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), devendo o contribuinte, contudo, efetuar o pedido administrativo nesse sentido.
- (C) é causa de extinção do mencionado crédito, desde que obedecido o disposto no art. 170 do Código Tributário Nacional, sendo imprescindível que o tributo objeto da compensação tenha a mesma natureza daquele que está a ser cobrado pelo fisco, quando arrecadado pelo mesmo sujeito ativo.
- (D) é forma de suspensão do referido crédito, condicionada à apresentação de requerimento específico à autoridade fazendária competente e ao deferimento do pedido formulado no processo administrativo em questão.

78. No que diz respeito ao chamado *domicílio tributário*, é correto afirmar que

- (A) é coincidente, em qualquer hipótese, com o *domicílio civil*, previsto no Código Civil brasileiro de 2002.
- (B) em casos específicos, pode o domicílio tributário ser aquele da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.
- (C) no caso do contribuinte pessoa física, é sempre coincidente com a sua residência.
- (D) não apresenta qualquer distinção na sua fixação no que diz respeito ao caso dos contribuintes pessoas jurídicas, sejam estas de direito privado de direito público.

79. Quanto ao tema da *responsabilidade tributária*, assinale a opção **incorreta**.
- (A) A responsabilidade tributária do dirigente da empresa contribuinte é subjetiva, e não objetiva, não bastando que a dívida seja contemporânea ao seu gerenciamento ou administração.
 - (B) Malgrado o disposto no Código Tributário Nacional a respeito do tema, entende-se que a responsabilidade de terceiros, em matéria tributária, é subsidiária, e não solidária, devendo, por conseguinte, ser a dívida inicialmente exigida do contribuinte, antes de voltar-se o fisco contra o responsável.
 - (C) É de se presumir que determinada empresa foi dissolvida irregularmente quando deixa de funcionar naquele que é o seu domicílio fiscal conhecido, omitindo-se no dever de efetuar a comunicação da mudança aos órgãos competentes, o que pode ocasionar o redirecionamento da ação de execução fiscal.
 - (D) A falta de pagamento da obrigação tributária configura situação que acarreta a responsabilidade solidária dos sócios, ensejando a inclusão deles no polo passivo da ação referida na letra “b”, supra, excetuada a sua responsabilidade por multas decorrentes das infrações praticadas, restando as sanções de caráter moratório.
80. “A” é proprietário de imóvel residencial situado na Comarca da Capital do Estado. A Prefeitura Municipal afirma ser ele devedor do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, referente aos exercícios de 1997 a 2003, ajuizando ação de execução fiscal. Tal ação é proposta em agosto de 2007. O magistrado competente julga a ação extinta, sem mandar citar o executado, afirmando estar ela prescrita, sendo a sentença proferida em agosto de 2009. Tendo em vista a prescrição quinquenal, prevista no art. 174 do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que
- (A) a referida ação estaria parcialmente prescrita, em virtude de aplicar-se o disposto no art. 174 do CTN, *in casu*, apenas aos exercícios anteriores ao de 2003, permitindo o prosseguimento da ação executiva no que tange a esse último exercício.
 - (B) a referida ação encontra-se inteiramente prescrita, podendo o magistrado declará-lo de plano, tendo em vista o disposto no art. 219, § 5.º, do Código de Processo Civil, que permite o reconhecimento *ex officio* da prescrição.
 - (C) em se tratando de interesse patrimonial *disponível*, o magistrado não poderia ter decretado a extinção da ação pelo reconhecimento *ex officio* da prescrição, cabendo anular a sentença e determinar o prosseguimento da execução.
 - (D) a referida ação não estaria prescrita, pois não chegou a haver a citação pessoal do devedor, nos termos do art. 174, parágrafo único, I, do CTN, tendo o magistrado, como referido, extinguido a ação executiva de ofício.
81. Tendo em vista o denominado *princípio da anterioridade* (comum), é correto afirmar que descabe a cobrança, no mesmo exercício financeiro da lei instituidora
- (A) da Contribuição para a Seguridade Social, que está sujeita somente à anterioridade nonagesimal (art. 195, § 6.º, da CF).
 - (B) do Imposto sobre a renda e os proventos de qualquer natureza (IR).
 - (C) do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).
 - (D) do Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF).
82. Não podem ser considerados como *fontes formais* do Direito Tributário:
- (A) As leis delegadas, os decretos legislativos e as resoluções do Senado.
 - (B) A jurisprudência e a doutrina.
 - (C) Os tratados e as convenções internacionais.
 - (D) As medidas provisórias.
83. Quanto ao chamado *empréstimo compulsório*, assinale a opção correta.
- (A) É possível, no que diz respeito a tal tributo, que a forma de sua restituição ao contribuinte não se dê em espécie, mas sim em quotas de fundos oficiais ou em ações do Poder Público, podendo ser instituído por meio de medida provisória, dada a urgência verificada.
 - (B) O empréstimo compulsório pode ser instituído por qualquer dos entes públicos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), para o fim de fazer frente a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, ou ainda no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse.
 - (C) Seu aspecto mais relevante é a restituibilidade, podendo-se falar em uma simultaneidade de deveres; um, para o contribuinte, que é o dever de pagar; outro, para o fisco, que é a devolução da quantia paga.
 - (D) Malgrado seja considerado tributo, *lato sensu*, é de se entender que o empréstimo compulsório se respalda em autêntico acordo de vontades, obedecendo ao princípio da contratualidade.

84. Quanto ao ISS (Imposto Sobre Serviços), é correto afirmar que ele incide sobre
- (A) a prestação de serviço decorrente de vínculo empregatício.
 - (B) a prestação de serviço a si próprio, como no caso de empresas que têm vários departamentos diferentes, prestando serviços de natureza diversa entre eles.
 - (C) a prestação de serviço por trabalhadores avulsos, como estivadores ou conferentes.
 - (D) a prestação de serviços por trabalhadores autônomos.
85. Tendo em consideração o fato gerador do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), indaga-se se incide
- (A) apenas sobre automóveis, caminhões e motocicletas.
 - (B) sobre automóveis, caminhões, motocicletas, aeronaves e embarcações de qualquer tipo, desde que motorizadas.
 - (C) apenas sobre automóveis.
 - (D) sobre automóveis, caminhões, motocicletas e utilitários, como tratores, ceifadeiras, colheitadeiras e outras.

DIREITO AMBIENTAL

86. Não é objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA):
- (A) desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional dos recursos ambientais.
 - (B) promoção da proteção do patrimônio cultural local, observada a ação fiscalizadora municipal e estadual.
 - (C) a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.
 - (D) definição das áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

87. O EIA – Estudo de Impacto Ambiental constitui-se em um dos mais importantes instrumentos de proteção ao meio ambiente. Sua existência encontra-se calcada no princípio
- (A) da função socioambiental da propriedade.
 - (B) da equidade intergeracional.
 - (C) da prevenção.
 - (D) do desenvolvimento sustentável.
88. Novamente quanto ao tema dos *princípios* do Direito Ambiental, o que determina que aquele que se utiliza ou usufrui de algum recurso natural deve arcar com os custos necessários para possibilitar tal uso configura o princípio
- (A) do usuário-pagador.
 - (B) da função socioambiental da propriedade.
 - (C) do poluidor-pagador.
 - (D) do desenvolvimento sustentável.
89. No tocante à *responsabilidade pelo dano ambiental*, pode-se afirmar, quanto à natureza das responsabilidades *civil, administrativa e penal*.
- (A) Respectivamente, responsabilidade subjetiva, objetiva e subjetiva.
 - (B) Respectivamente, responsabilidade objetiva, subjetiva e subjetiva.
 - (C) Todas elas são de responsabilidade subjetiva.
 - (D) Respectivamente, responsabilidade objetiva, objetiva e subjetiva.
90. Anos após adquirir a propriedade de um pequeno sítio, localizado em área de preservação ambiental, “A” é notificado pela fiscalização da autoridade ambiental competente, no sentido de que tal área apresentaria sinais de degradação. Ao adquirir o imóvel, “A” estava ciente da referida restrição, bem como da mencionada degradação, que era preexistente.
- A partir dessa premissa, assinale a opção correta:
- (A) Tanto “A” quanto seu antecessor são responsáveis, em litisconsórcio passivo necessário.
 - (B) “A” é responsável, ainda que não tenha sido quem causou a degradação da área, na medida em que a responsabilidade, *in casu*, deriva de obrigação *propter rem*.
 - (C) “A” não é responsável por qualquer dano ao meio ambiente, na medida em que a degradação já existia quando o imóvel foi adquirido. Assim, a responsabilidade, *in casu*, deve recair sobre o proprietário anterior.
 - (D) “A” é responsável, em virtude da aplicação *in concreto* do princípio do poluidor-pagador e da responsabilidade de caráter objetivo que o cerca.

91. No que diz respeito ao *princípio da razoabilidade*, é correto afirmar que

- (A) demanda que o administrador escolha sempre a maneira mais correta de atender ao interesse público, descabendo a utilização de critérios subjetivos e pessoais.
- (B) o administrador pode atuar de acordo com os seus valores pessoais, adotando providências administrativas de acordo com o seu entendimento, desde que fundamentado de forma razoável.
- (C) é ele sinônimo do chamado *princípio da proporcionalidade*.
- (D) é ele ligado intrinsecamente à *racionalidade*, subsumindo-se ao princípio da supremacia do interesse público sobre o do particular.

92. Quanto ao tema das OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), é **incorreto** afirmar que

- (A) são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por particulares para desempenhar serviços não exclusivos do Estado, com fiscalização pelo Poder Público.
- (B) malgrado sejam pessoas jurídicas de direito privado, suas obras, compras, serviços e alienações serão objeto de contrato realizado mediante regular processo de licitação, utilizando-se o pregão nos bens e serviços comuns.
- (C) têm elas a mesma natureza jurídica e a mesma finalidade das Organizações Sociais, regidas pela Lei n.º 9.637/98, sendo instituídas por meio de contrato de gestão e exercendo atividades de interesse público, anteriormente desempenhadas pelo Estado.
- (D) são formalizadas por meio de termo de parceria com a Administração Pública, sendo que a outorga do título de OSCIP permite-lhes a concessão de benefícios especiais, tais como a destinação de recursos públicos.

93. No que diz respeito à capacidade processual das *Câmaras Municipais*, assinale a opção **incorreta**.

- (A) A Câmara Municipal não tem personalidade jurídica, mas tem personalidade judiciária, podendo, portanto, admitir-se que ela tem capacidade processual para a defesa de suas prerrogativas funcionais, podendo comparecer a Juízo, tanto no polo ativo como no polo passivo, quando tenha direitos próprios a defender.
- (B) A Câmara Municipal tem autonomia em relação ao Poder Executivo local, podendo, em consequência, agir judicialmente contra o Prefeito Municipal, inclusive, se for o caso, por meio da impetração de mandado de segurança.
- (C) A Câmara Municipal não pode combater ato ilegal e lesivo ao patrimônio público por meio de ação popular, podendo tal ação, contudo, ser ajuizada por qualquer um de seus vereadores, na qualidade de cidadão (eleitor), eis que tal qualidade não assiste à Câmara, como pessoa jurídica que é.
- (D) Em que pese ser a Câmara Municipal um órgão despatrimonializado, as vantagens e encargos de ordem pecuniária, decorrentes do julgado, por ela serão suportados, em decorrência da aplicação do princípio dispositivo, descabendo transferir-se tais vantagens e encargos à Fazenda municipal.

94. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo funciona como órgão auxiliar

- (A) da Câmara Municipal da Capital do Estado de São Paulo, ou seja, do Poder Legislativo do Município da Capital.
- (B) do Governo do Estado de São Paulo, ou seja, do Poder Executivo.
- (C) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, ou seja, do Poder Legislativo estadual.
- (D) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ou seja, do Poder Judiciário.

95. A “*faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado*”, como a conceitua Hely Lopes Meirelles, é conhecida tecnicamente como:

- (A) poder de polícia.
- (B) poder regulamentar.
- (C) poder disciplinar.
- (D) poder hierárquico.

96. “A”, servidor público de determinada serventia judicial, foi surpreendido pelo magistrado titular da Vara onde trabalha, cometendo falta disciplinar grave. Utilizando-se do instituto da *verdade sabida*, o referido magistrado aplicou ao servidor “A”, de imediato, a penalidade de suspensão de suas funções.

Assinale, em face do enunciado, a opção correta.

- (A) O procedimento foi incorreto, pois o instituto da *verdade sabida* não foi recepcionado pelo ordenamento jurídico vigente, impondo-se a observância do contraditório e da ampla defesa.
- (B) O procedimento do magistrado foi correto, dado o fato de que tomou conhecimento direto da falta cometida, o que torna qualquer outra providência desnecessária, para o fim de aplicar-se a penalidade em questão.
- (C) O procedimento foi correto, posto ocupar o magistrado posição que lhe dá poder correicional, autoridade e competência para a aplicação da penalidade em questão, configurando incorreta inversão de valores o questionamento de tal autoridade, sobretudo se é afirmado pelo próprio magistrado ter testemunhado a ocorrência da falta.
- (D) O procedimento do magistrado foi incorreto, pois, malgrado ainda se aceite, no campo do Direito Administrativo, o instituto da *verdade sabida*, é imprescindível que se apure a falta por meio de processo administrativo, com obrigatória presença de advogado de defesa.

97. A Prefeitura de determinado Município do Estado de São Paulo pretende desapropriar imóvel situado em sua zona urbana. O proprietário do referido imóvel descobre que o intento do Prefeito Municipal é decorrente de espírito de emulação, posto tratar-se de seu inimigo político, inexistindo qualquer motivo técnico para a desapropriação em questão. Visando atacar tal vício do decreto expropriatório, o expropriado deve

- (A) levantar a questão em sede de preliminar, ao apresentar a sua contestação, postulando pela extinção do feito sem julgamento de mérito.
- (B) levantar a questão por meio de ajuizamento de ação autônoma, com o objetivo de anulação do referido decreto, devido ao desvio de finalidade.
- (C) levantar a questão na audiência de instrução e julgamento, ao aduzir oralmente as suas alegações finais, postulando pela extinção do feito sem julgamento de mérito.
- (D) levantar a questão ainda na fase administrativa da desapropriação, perante o departamento competente da Municipalidade.

98. Com respeito ao tema da *responsabilidade civil do Estado*, o particular que, de algum modo, sentir-se prejudicado por ato de servidor da Administração Pública, para buscar o ressarcimento do dano sofrido, deverá

- (A) ajuizar ação de indenização apenas contra o servidor público que lhe causou o indigitado dano, podendo este, se o entender cabível, denunciar a Fazenda Pública à lide, para fazer valer o seu direito de regresso.
- (B) efetuar pedido administrativo nesse sentido, junto ao órgão competente da Administração Pública, pois apenas com a premissória negativa desta é que se verificará a existência do interesse de agir.
- (C) ajuizar ação de indenização contra a Fazenda Pública e contra o servidor público que causou-lhe diretamente o dano, em litisconsórcio passivo necessário.
- (D) ajuizar ação de indenização apenas contra a Fazenda Pública, podendo esta, se o entender cabível, denunciar o servidor à lide, para fazer valer o seu direito de regresso.

99. Um funcionário público foi demitido com a nota “a bem do serviço público”, depois de regular processo administrativo, tendo a Administração Pública lhe imputado a prática de crime. O processo penal, contudo, vem a concluir pela inocência do referido funcionário, absolvendo-o por falta de provas (art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal). A referida decisão da esfera penal vem a ter a seguinte consequência na esfera administrativa:

- (A) existe repercussão, devendo, por consequência, ser reintegrado o funcionário ao serviço público.
- (B) não existe repercussão, na medida em que a decisão proferida na esfera penal não se comunica em hipótese alguma com a esfera administrativa.
- (C) não existe repercussão, na medida em que a absolvição por “falta de provas” não se admite como fundamento para a invalidação da decisão administrativa.
- (D) existe repercussão, devendo, por consequência, ser readmitido o funcionário ao serviço público.

100. Os edifícios em que se encontram sediados o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na Praça da Sé, e o Fórum João Mendes Júnior, na Praça João Mendes, podem ser qualificados, dentro do tema dos *bens públicos*, como:

- (A) bens de uso especial, pertencentes à Fazenda do Estado, afetados ao uso do Poder Judiciário.
- (B) bens de uso comum do povo, ou de domínio público, na medida em que a acessibilidade aos mesmos se dá por meio da utilização universal, por toda a população, com livre trânsito em suas dependências.
- (C) bens dominicais ou domaniais, de propriedade do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, como sede do Poder Judiciário estadual.
- (D) bens dominicais ou domaniais, de propriedade da Fazenda do Estado, cedidos ao uso do Poder Judiciário.







